

Não se trata de antagonismo

Benedicto Ismael Camargo Dutra (*)

Classificar o que se passa no Brasil de antagonismo ou polarização política é uma simplificação grosseira de uma situação muito complexa.

Antagonismo seria a oposição de ideias dentro de um processo lógico e coerente, em que o conceito lógico e natural seria o aceito pelos seres humanos conscientes e com raciocínio lúcido. Ao alcançar o poder, os tiranos tratam de eliminar qualquer possibilidade de resistência, passando por cima de cadáveres se não houver outra forma de convencimento.

Ao mesmo tempo introduzem invasão no cérebro dos estudantes semeando ódio e ideias antinaturais de preponderância do Estado sobre tudo e sobre todos, mas por trás eles estão manobrando ocultamente ou ostensivamente como se eles fossem o Estado. Estabelecem a ditadura e passam a interferir no processo eleitoral para aparentar legitimidade de eleições manipuladas como se fala sobre a Venezuela.

É absurdo querer classificar de fascista um candidato patriota que prega ordem e disciplina num país tão contaminado pelas evasivas; pelas interpretações de texto legal por conveniências de momento; por querer que os recursos naturais existentes sejam utilizados para o bem e melhora das condições gerais de vida da população local em vez de continuar sendo drenados para terras estrangeiras; por desejar uma educação sadia para os jovens sem destruir suas individualidades e o fortalecimento da família para o progresso do Brasil.

No fascismo, o ditador se serve de conceitos nacionalistas para se perpetuar no poder com despotismo. Pelo mundo todo, a humanidade tem visto que sem liberdade as individualidades se perdem, mas o progresso depende da diversidade, por isso existem as capacitações individuais.

Se fosse para serem todos iguais, os seres humanos já nasceriam assim sem a necessidade da manipulação que começa desde a infância e avança pelas escolas até aos cursos superiores, semeando o descontentamento e o ódio pelas condições de vida em que cada pessoa nasceu.

O futuro do Brasil está em suspense. Agitam-se as correntes turvas, sempre visando a discórdia entre os seres humanos e a destruição da força de vontade para o bem. A igualdade tem de existir no

respeito e consideração ao próximo. Para o bom andamento do relacionamento humano há um mandamento básico indicado por Jesus: “ama ao próximo como a ti mesmo”, isto é, não faça a ele o que não faria a si mesmo, ou o que não quer que façam contigo.

Na Mensagem do Graal, Abduschin explicou esse mandamento: “Concedido vos é peregrinar através da Criação! Caminhei de tal maneira, que não causeis sofrimento a outrem, a fim de satisfazer com isso qualquer cobiça!”. O desrespeito a esse mandamento, de forma velada ou explícita, acarretou as funestas consequências que estão transformando o viver numa impiedosa luta pela sobrevivência, reduzindo a vida a um vale de lágrimas.

O Brasil se apresenta hoje como terra arrasada com lixo, entulho e ervas daninhas para todos os lados. Há que se limpar e construir beneficiadamente. Temos permanecido acomodados diante da decadência visível nas músicas, nas telenovelas e filmes, na corrupção e falta de caráter nobre. A devassa Sodoma ganha espaço na agenda cultural.

Como sempre, em primeira linha o ataque é dirigido contra a feminilidade. As mulheres, mantidas à força em nível inferior à prepotência dos homens, se veem agora incitadas a contra-atacar indo na direção da masculinização, pondo de lado a sua grande força feminina capaz de mover montanhas moldando com nobreza o caráter dos filhos.

O homem consegue destruir com facilidade o trabalho harmonioso feito com o reconhecimento das leis naturais da Criação. Para edificar com nobreza, tem de se voltar para elas com o emprego de sua força de vontade para o bem, pois só assim poderá receber o apoio da natureza.

Lamentavelmente, tem predominado os materialistas com seus planos mirabolantes de conquista e perpetuação do poder, e anulação das individualidades para facilitar a manipulação e domínio. Não será escolha difícil para os eleitores de bom senso que querem preservar a liberdade natural e pôr um basta a essa decadência a que o Brasil vem sendo submetido.

A hora é essa, a rota da insensatez para os abismos do embrutecimento humano tem de ser interrompida antes que seja tarde demais.

(*) - Graduado pela FEA/USP, é autor dos livros: Nola – o manuscrito que abalou o mundo; 2012... e depois?; Desenvolvimento Humano; O Homem Sábio e os Jovens; A trajetória do ser humano na Terra – em busca da verdade e da felicidade; e O segredo de Darwin - Uma aventura em busca da origem da vida (bicidutra@librari.com.br); Twitter: @bidutra7

Privatização de empresas de energia está na pauta do Senado

A privatização de distribuidoras de energia elétrica está na pauta do Plenário do Senado para a próxima terça-feira (16)

O projeto da Câmara abre caminho para a privatização de seis distribuidoras de energia controladas pela Eletrobras na Região Norte. De iniciativa do Poder Executivo, o projeto tem o objetivo de despertar o interesse de investidores pelas empresas. Para isso, o governo argumenta que precisam ser eliminadas “pendências jurídicas”.

Quatro empresas já foram negociadas. A Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre), as Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron) e a Boa Vista Energia, que atende Roraima, foram arrematadas em agosto em leilão promovido pelo BNDES. Em julho, foi vendida a Companhia de Energia do Piauí (Cepisa). Além dessas, o governo pretende vender a Amazonas Energia e a Companhia Energética de Alagoas (Ceal).

Na pauta também está o projeto do deputado Roberto Brito (PP-BA), determinando



O projeto abre caminho para a privatização de seis distribuidoras de energia controladas pela Eletrobras na Região Norte.

que 10% do dinheiro arrecadado com multas ambientais seja destinado à arborização urbana e à recuperação de áreas degradadas. A proposta também estabelece que seja destinado para o mesmo fim o montante arrecadado pela cobrança de taxas de autorização de poda e corte de árvores. Cada órgão ambiental compe-

tente estabelecerá os critérios e as normas para a aplicação da verba arrecadada.

Os senadores devem avaliar ainda o substitutivo elaborado pela Câmara ao projeto do ex-senador Jayme Campos, que trata da validade da receita médica no território nacional. A receita médica ou odontológica valerá em todo

o país, independentemente do estado em que tenha sido emitida. O objetivo da medida é permitir que o cidadão possa adquirir os medicamentos de que necessita onde quer que esteja, inclusive os sujeitos a controle especial. Se passar pelo Plenário, o projeto vai para sanção presidencial (Ag. Senado).

Brasil tem instituições democráticas sólidas, diz Aloysio

Em viagem pela Europa, o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, reiterou na quinta-feira (11) a confiabilidade do processo eleitoral brasileiro, perto de duas semanas do segundo turno das eleições presidenciais. Questionado, em Madri, se há ameaças à democracia e à preservação dos direitos humanos, dependendo do próximo presidente eleito, ele destacou que o país tem democracia consolidada. “É um sistema eleitoral cujo resultado é muito confiável”, afirmou o ministro em entrevista coletiva.

“O Brasil é um país com instituições democráticas sólidas, sistema judiciário independente e imprensa livre”, completou. Aloysio viajou para a Espanha com o objetivo de negociar os termos do acordo entre Mercosul e União Europeia. Questionado se há possibilidade de retrocesso no tratamento dados aos direitos humanos e às minorias, Nunes ressaltou que a legislação brasileira é sólida e que há compromissos internacionais que preservam a área.

“Nossa legislação é exemplar. Não é apenas baseada em normas baseadas em normas federais e constitucionais”, afirmou. “Não é a mudança de um governante que vai mudar para cá ou para lá a nossa expressão de direitos humanos. Temos compromissos internacionais muito fortes nesta matéria”. O ministro destacou também as eleições no Brasil, com peculiaridades típicas de um país populoso e extenso. “Temos urnas que são levadas de barco a extremos da Amazônia, aldeias indígenas, e que são alimentadas por energia solar.”

Aproveitou para ressaltar a importância da Espanha como parceira comercial, pois ocupa o segundo lugar, atrás apenas dos Estados Unidos. Defendeu ainda as negociações entre Mercosul (bloco que reúne Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela, que está suspensa) e União Europeia. Resaltou que o Mercosul pode negociar produtos e maquinários agrícolas com os europeus e que não há interesse em disputar com a indústria dos países, mas sim cooperar e compartilhar (ABR).

“Sou resultado do movimento de luta”, diz 1ª indígena eleita deputada

Os 8.491 eleitores que votaram na candidata a deputada federal por Roraima, Joênia Batista de Carvalho, elegeram a primeira mulher indígena para a Câmara, desde que esta foi criada, em 1824 – ano em que a primeira Constituição brasileira foi promulgada, sem qualquer menção à existência e aos direitos dos índios brasileiros. Há 31 anos, desde que o cacique xavante Mário Juruna deixou o Congresso, em 1987, um índio não era eleito deputado federal.

Aos 43 anos, Joênia Wapichana é pioneira da causa indígena e milita desde 1997, quando se tornou a primeira mulher índia a se formar em Direito, na Universidade Federal de Roraima. Em 2008, tornou-se a primeira indígena a falar no plenário do STF, defendendo a legalidade da homologação dos limites contínuos da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Após isso, viajou para os Estados Unidos, onde fez mestrado na Universidade de Arizona.

“Sou o resultado de sonhos e de investimentos de outras lideranças indígenas que pla-



Deputada federal por Roraima, Joênia Batista de Carvalho.

nejaram ver a nós, indígenas, conquistar diversos espaços. Do movimento indígena que luta para conquistar espaços”, disse Joênia. “Nada para nós foi fácil. Nem alcançar o reconhecimento de nossa terra; nem eu me formar na faculdade de Direito; nem fazer uma defesa no STF e, muito menos, assumir este espaço tão importante e necessário no Congresso. Se sou uma pioneira, é graças aos povos indígenas, ao nosso movimento e aos esforços de cada povo e pessoa que acreditou nisso.”

Ao lutar pela demarcação

das terras indígenas e pelo desenvolvimento sustentável destas reservas, Joênia decidiu disputar uma cadeira na Câmara ao constatar a necessidade dos povos indígenas se fazerem representados no Congresso. Filiou-se à Rede Sustentabilidade e fez campanha com pouco mais de R\$ 170 mil: do Fundo Partidário, recebeu R\$ 150 mil; os outros cerca de R\$ 22 mil vieram de apoiadores “índios e, principalmente, não-índios” que contribuíram por meio de um site de financiamento coletivo (ABR).

Semana é marcada pela renovação recorde no Senado

De cada quatro senadores que tentaram a reeleição, três não conseguiram. Esses números marcam a eleição mais surpreendente da história recente do Senado Federal, ocorrida no último domingo (7). No total, das 54 vagas em disputa neste ano, 46 serão ocupadas por novos nomes, o que representa uma renovação de mais de 85%.

Além das trocas de senadores decorrentes das eleições parlamentares, as disputas pelos governos estaduais também movimentam as cadeiras, devido à participação de senadores que estão na metade do mandato. Três senadores elegeram-se para postos nos governos de seus estados. Comisso, abrem espaço para que seus suplentes assumam a titularidade dos mandatos.

Outros três senadores ainda podem se eleger governadores no segundo turno. Ao todo, o Senado pode ter 50 novos nomes em 2019, o que repre-



A eleição de 2018 colocou em disputa dois terços das vagas do Senado.

sentaria uma mudança inédita de mais de 61% da Casa.

A eleição de 2018 colocou em disputa dois terços das vagas do Senado, ou duas das três de cada estado.

Nela foi registrado o maior número de candidaturas à reeleição que já se viu: foram 32,

ou quase 60% dos senadores cujo mandato chega ao fim no próximo mês de fevereiro. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou que o resultado das eleições fortaleceu a democracia e representou

“a escolha livre e soberana do eleitor brasileiro” (Ag. Senado).

Justiça manda soltar ex-governador Marconi Perillo

O desembargador Olindo Menezes, da 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, concedeu habeas corpus determinando a soltura do ex-governador Marconi Perillo. Ele foi preso na quarta-feira (10), quando prestava depoimento na Superintendência da Polícia Federal em Goiás. Ele foi denunciado na Operação Cash Delivery por suspeita de envolvimento no pagamento de propina a servidores públicos do estado, lavagem de dinheiro e associação criminosa.

Segundo delações de executivos da construtora Odebrecht, o político recebeu cerca de R\$ 12 milhões em recursos ilegais entre 2010 e 2014 para favorecer a empresa em contratos. Em nota, o advogado do ex-governador, Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, disse que, desde o início, considerou “ilegal, arbitrária e infundada” a prisão de Perillo. Para ele, a prisão, de certa forma, “afrontava outras decisões de liberdade



Ex-senador e ex-governador de Goiás, Marconi Perillo.

que já foram concedidas nesta mesma operação”.

Afirmou que “ninguém está acima da lei”, mas condenou “prejulgamentos” e o “uso desnecessário de medidas abusivas”. A defesa criticou a prisão preventiva, dizendo que era igual a uma decisão que foi revogada pelo TR 1. “Não há nenhum fato novo que justifique o decreto [de prisão] do ex-governador Marconi Perillo”, afirmou, em outra nota, o advogado (ABR).

PT vende imagem diferente para tentar voltar

A senadora Ana Amélia (PP-RS) afirmou que o Partido dos Trabalhadores (PT) está tentando mudar sua imagem perante o eleitorado nos últimos dias com o objetivo de vencer o segundo turno da eleição presidencial. A senadora afirmou que o PT e o candidato Fernando Haddad substituíram a cor vermelha pelas cores verde e amarelo do material de campanha para passar uma imagem menos radical.

“O PT hoje se transforma em melancia, verde por fora e vermelho por dentro. Estão tentando vender a imagem de defensores dos interesses nacionais”, disse, criticando a “incoerência” do partido. Para ela, as mudanças são apenas de discurso, pois, “o PT continua defendendo ideias erradas”, como o controle dos meios de comunicação e a censura à imprensa. Declarou

ainda que os petistas são contra a Operação Lava Jato e o juiz Sérgio Moro.

“Não podemos aceitar que o Brasil se transforme em uma Venezuela, não vamos desistir do Brasil”, afirmou Ana Amélia, que foi candidata a vice-presidente na chapa de Geraldo Alckmin e, após o resultado do primeiro turno, declarou apoio ao candidato Jair Bolsonaro (Ag. Senado).